



Governo Municipal de Acarape
A Mudança Continua com Amor e Trabalho

RESPOSTA AO RECURSO

Ref.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 09.001/2020

EMENTA: LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. OBRAS. VALOR ESTIMADO DE R\$ 3.800.000,00. ANÁLISE JURÍDICA PRÉVIA À RESPOSTA AO RECURSO. VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA LEI Nº 8.666/93. ACOLHIMENTO DO RECURSO. TEMPESTIVO. PRECLUSÃO TEMPORAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. ALEGAÇÕES INCOERENTES. IMPROCEDÊNCIA DO PLEITO.

I. DO RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica do recurso interposto pela empresa **CMGCON CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI**, já devidamente qualificada, em desfavor do Edital de Licitação, na modalidade **Concorrência Pública nº 09.001/2020**, sob o regime de execução indireta, busca pelo menor preço global, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE REFORMAS, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS, LOGRADOUROS E VIAS PÚBLICAS URBANOS E RURAIS DO MUNICÍPIO DE ACARAPE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PELO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA DE CUSTOS DE SERVIÇOS E INSUMOS No 26.1 DA SEINFRA (DESONERADA) E SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL – SINAPI, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE TODAS AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAPE-CE.



Governo Municipal de Acarape

A Mudança Continua com Amor e Trabalho

Em sede de recurso, a empresa supramencionada não questiona acerca dos motivos pelos quais causaram a sua inabilitação no procedimento licitatório, mas sim, requer a inabilitação da empresa habilitada, ECOSERV CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, por alegar eu a mesma não apresentou as declarações referentes aos subitens 3.4.5, 3.5.1, 3.5.2 e 3.5.3, em desconformidade com o que exige o subitem 3.5.5 (o reconhecimento de firma).

Por força do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica, para análise do recurso, com o propósito de aferir sobre a observância as formalidades legais e receber ou não a anuência para o seu acolhimento e prosseguimento.

Eis a síntese dos fatos.

Passemos a análise do pleito.

II. DA TEMPESTIVIDADE DO ATO.

Preliminarmente, em análise ao presente recurso administrativo, foram atendidas as disposições da Lei nº 8.666/93, mais especificamente quanto a tempestividade do ato, disposto no Art. 109, inciso I e Art. 110, ambos da Lei 8.666/93 que regulamentam o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Vejamos:

“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;



Governo Municipal de Acarape

A Mudança Continua com Amor e Trabalho

- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;
(Revogado)
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;"
(...)
(grifo nosso)

“Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.”

In casu, tem-se que a Ata Complementar da sessão referente à Concorrência Pública nº 09.001/2020, foi publicada tanto no Diário Oficial do Estado do Ceará (nº 151), quanto no Diário Oficial da União (nº 135), no dia 16 de julho de 2020. Portanto para fins de contagem do prazo, observada a formalidade temporal da contagem dos prazos recursais nos procedimentos licitatórios, considera-se o primeiro dia útil posterior a data da referida publicação para efeitos de início da contagem dos 5 (cinco) dias consecutivos, ou seja, o dia 17 de julho de 2020.

Conforme disposto acima e atendendo ao disposto na Lei 8.666/93, o prazo final para interposição de recurso por consequência do descontentamento com os termos da Ata que lavrou o julgamento das habilitações referente à Concorrência Pública nº 09.001/2020, ocorreu no dia



Governo Municipal de Acarape

A Mudança Continua com Amor e Trabalho

21 de julho de 2020, restando tempestivo o presente recurso, uma vez, que o mesmo fora entregue no dia 23 de julho de 2020, dentro do prazo estabelecido pela Lei. 8.666/2020.

III. DA ANÁLISE DO PLEITO.

III.I. DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Além das disposições legais aplicáveis num procedimento licitatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha essencialmente vinculada (art 41 da Lei n. 8.666/93).

Vejamos o acordão analisado, onde tem como empresa apelante, BIO-FAST FAZ LTDA, sendo apelado SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SAO PAULO, o relator do julgamento foi o Desembargador Francisco Vicente Rossi e teve a participação dos Desembargadores Ricardo Dip (Presidente sem voto), Oscild De Lima Júnior E Aroldo Viotti. Os quais proferiram a seguinte decisão "NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, "MANDADO DE SEGURANÇA - Procedimento licitatório - Empresa inabilitada motivadamente por descumprimento de exigências do edital - Edital é lei interna da licitação e **"vincula inteiramente a Administração e os proponentes"** (Hely Lopes Meirelles) - Capacidade operativa não se confunde com capacidade técnica específica - Recurso não provido." (grifo nosso)



Governo Municipal de Acarape

A Mudança Continua com Amor e Trabalho

Dessa feita, observado o conceito do princípio da "Vinculação ao Instrumento convocatório", em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, verbis:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

"Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigível, ao convite e à proposta do licitante vencedor;"

5

Vale aqui expor que este princípio tem por finalidade não só evitar futuros descumprimentos das normas do edital, mas também evitar o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da **TRANSPARÊNCIA**, da igualdade, da impessoalidade, da **PUBLICIDADE**, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

In casu, cumpre inverídica a alegação apresentada pela recorrente, uma vez que a empresa habilitada apresentou todas as declarações com firma devidamente reconhecida pelo seu representante legal em cartório.



Governo Municipal de Acarape

A Mudança Contínua com Amor e Trabalho

Outrossim, cumpre reforçar, que a recorrente deixou de apresentar certidões exigidas em edital, nos subitens 2.4 (Certidão Simplificada e Específica da JUCEC) e 2.5 (Certidão emitida pelo Portal da Transparência do Governo Federal, do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Contas da União do licitante e de seus sócios dentro do prazo de validade)

Visto isto, por não existirem quaisquer argumentos que venham a desabilitar a empresa ECOSERV CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI e frente ao descumprimento ao instrumento convocatório por parte da recorrente, reserva-se esta Comissão de Licitação ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Governo Municipal de Acarape

III.II. INEXISTÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL – ACEITAÇÃO DOS SEUS TERMOS.

A recorrente se insurge contra os termos da decisão que a inabilitou perante a Concorrência Pública em questão, na medida em que esta deixou de apresentar na fase habilitatória documentação exigida em edital, deixando, assim, de cumprir com a injunção contida nos subitens 2.4 E 2.5 do Edital, conforme será demonstrado.

É importante registrar, que a recorrida olvidouse impugnar os termos do edital, mais precisamente as exigências afetas à exigência editalícia supramencionada. Essa omissão, como é cediço, gera a **PRECLUSÃO** consumativa do direito de questionar aspecto não impugnado oportunamente.



Governo Municipal de Acarape

A Mudança Continua com Amor e Trabalho

Elucidativo, no particular, o entendimento da jurisprudência em casos que tais:

LICITAÇÃO. INFORMÁTICA. CONTRATAÇÃO DE PROGRAMADORES. PONTUAÇÃO POR NÚMERO DE PROGRAMADORES COM REGISTRO EM CARTEIRA DE TRABALHO. PRETENSÃO DA LICITANTE DE ATRIBUIÇÃO DA MESMA PONTUAÇÃO AOS ANALISTAS DE SISTEMAS. IMPOSSIBILIDADE. IRRELEVÂNCIA DO ARGUMENTO DE GRADUAÇÃO SUPERIOR DOS ANALISTAS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL NO MOMENTO OPORTUNO. 1. "Sendo o procedimento licitatório dividido em etapas (editalícia, habilitatória, julgadora e adjudicatória) e contendo cada qual os mecanismos respectivos de impugnação, operase a preclusão quando se discute matéria que deveria ser tratada em fase anterior" (TRF1, AMS 0026745 37.2000.4.01.3400/DF, Juiz Federal Urbano Leal Berquó Neto (Conv.), DJ p.130 de 10/06/2003. 2. Além de serem distintas as funções/atribuições dos analistas de sistema e dos programadores, e o edital expressamente ressaltar a impossibilidade dessa comparação em norma não impugnada pela autora, o só fato de um analista, por ser mais graduado, poder desempenhar a função de programador, não implica que o faça melhor ou de forma mais apropriada, o que afasta a alegação de ser ilegal e injusto o critério de pontuação, por quantitativo de programadores, atribuído pela CEF e referendado pela sentença. 3. Apelação da autora não provida, prejudicado o agravo retido. (TRF1 AC: 200234000149991 DF 2002.34.00.0149991, Relator: JUIZ FEDERAL OSMANE ANTONIO DOS SANTOS, Data de Julgamento: 13/08/2013, 2ª TURMA SUPLEMENTAR, Data de Publicação: e-DJF1 p.304 de 03/09/2013)

200034000268604 AMS APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA 200034000268604 Relator(a): JUIZ URBANO LEAL BERQUÓ NETO (CONV.) Sigla do órgão TRF1 Órgão julgador QUINTA TURMA Fonte DJ DATA:10/06/2003 PAGINA:130 Ementa ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. RECURSOS VOLUNTÁRIOS. LEGITIMIDADE E TEMPESTIVIDADE. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. EDITAL NÃO IMPUGNADO OPORTUNAMENTE. PRECLUSÃO. [...] 3. Sendo o procedimento licitatório dividido em etapas (editalícia, habilitatória, julgadora e adjudicatória) e contendo cada qual os mecanismos respectivos de



Governo Municipal de Acarape

A Mudança Continua com Amor e Trabalho

impugnação, operase a preclusão quando se discute matéria que deveria ser tratada em fase anterior. 4. Desta forma, **exigência editalícia não atacada oportunamente não poderá ser impugnada a posteriori**. 5. Remessa oficial provida. Segurança denegada. 6. Recursos voluntários prejudicados. (grifamos)

AMS 9501350150 AMS APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA 9501350150 Relator(a): JUIZ LINCOLN RODRIGUES DE FARIA (CONV.) TRF1 Órgão julgador: SEGUNDA TURMA Fonte: DJ DATA: 30/08/2001 PAGINA: 86 Decisão: À unanimidade, negar provimento à Apelação. Ementa: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. CABIMENTO. IMPUGNAÇÃO DE NORMA EDITALÍCIA. PRECLUSÃO. 1 O ato de desclassificação de empresa participante de licitação pode ser objeto de controle pela via do mandado de segurança, por implicar na adoção de normas de direito público, em que o ente licitante age com potestade pública em relação aos participantes do certame. 2 **A impugnação de desclassificação por não atendimento a norma editalícia obedece o disposto no § 1º, do art. 41, da Lei nº 8.666/93, não podendo a destempo e após a sua inobservância pretender o impetrante retirarlhe a eficácia, sob argumentação desconexa com o interesse da administração e com o previsto no art. 3º do mesmo diploma legal.** 3 **Apelação improvida.** (grifos nossos)

8

Na verdade, o ato da recorrente de calarse na fase prélicitatória e, agora, tentar por meio de recurso, após descumprimento das exigências editalícias, reverter sua inabilitação julgando pontos contidos e aceitos pela mesma, representa, na verdade, um ato típico de afronta à Lei 8.666/93, precisamente quanto ao prazo para impugnação ao Edital de convocação. Vejamos:

"Art. 41 A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

... não podendo a destempo e após a sua inobservância pretender o impetrante retirarlhe a eficácia, sob argumentação desconexa com o interesse da administração e com o previsto no art. 3º do mesmo diploma legal. 3 Apelação improvida. (grifos nossos)



Governo Municipal de Acarape

A Mudança Continua com Amor e Trabalho

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113."

Portanto, não há questionamento quanto a matéria contida no Edital, uma vez, que a recorrente omitiu-se quanto a impugnação do Edital, gerando **PRECLUSÃO** consumativa do direito de questionar aspecto não impugnado oportunamente.

IV. CONCLUSÃO

Ante o exposto, conclui-se pela **IMPROCEDÊNCIA** dos pedidos formulados no presente recurso, para manter a **INABILITAÇÃO** da empresa **CMGCON CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI**, bem como, manter a **HABILITAÇÃO** da empresa **ECOSERV CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, perante ao processo licitatório, **Concorrência Pública nº 09.001/2020**, sob fundamento da Preclusão Temporal e do Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

9

É o parecer, salvo melhor juízo.

Acarape/CE, 27 de Julho de 2020.


JANAÍNA SOUZA RODRIGUES
Presidente da CPL